



SENADO FEDERAL

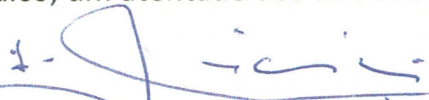
**SENADORES APOIAM SOCIEDADE CIVIL CONTRA A PEC 215**

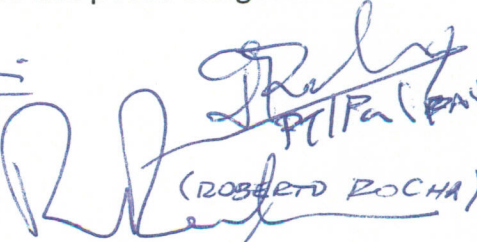
Nós, Senadores da República, consideramos que a convivência harmônica com a diversidade sociocultural brasileira e o respeito às minorias étnicas e aos direitos humanos, constituem-se em pilares da democracia moderna, e por essa razão, apoiamos o conjunto expressivo de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais de todo o Brasil, que unificaram o discurso e o posicionamento contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, em defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e do meio ambiente.

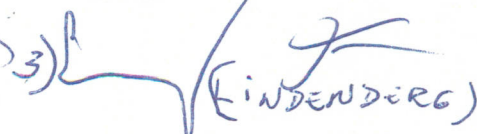
Entre outros pontos problemáticos, a PEC transfere para o Congresso a atribuição de oficializar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas (TQs). Se aprovada, na prática vai significar a paralisação definitiva dos processos de regularização dessas áreas protegidas fundamentais ao equilíbrio climático e à manutenção dos mananciais de água, entre outros serviços ambientais.

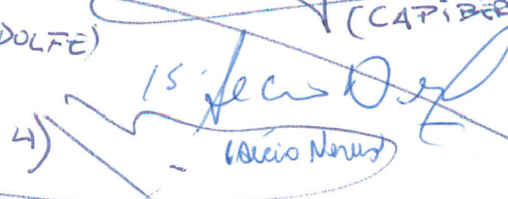
A PEC 215 não foi precedida de consulta. A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político nesse ato. É incabível trazer essa matéria para o âmbito do Congresso, um equívoco político e jurídico, um atentado aos direitos dos povos indígenas.

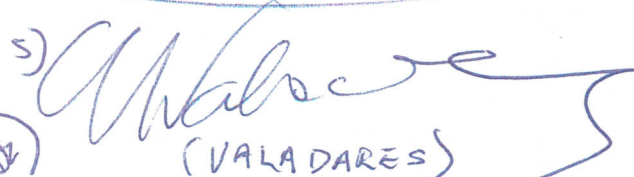
Assinamos:

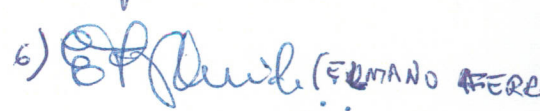
1)  (RANDOLFE)

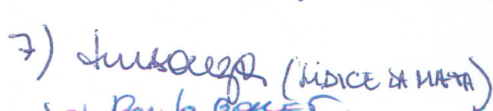
2)  (ROBERTO ROCHA)


3)  (LINDENBERG)

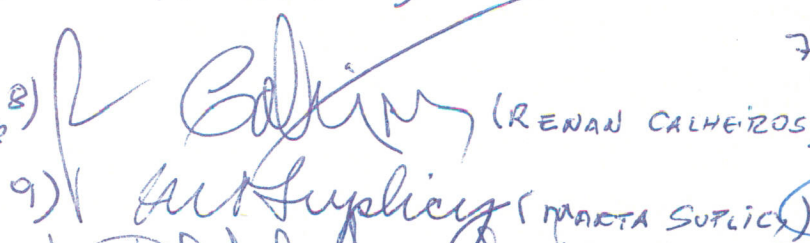
4)  (VALCINO NOGUEIRA)

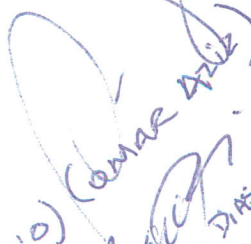
5)  (VALADARES)

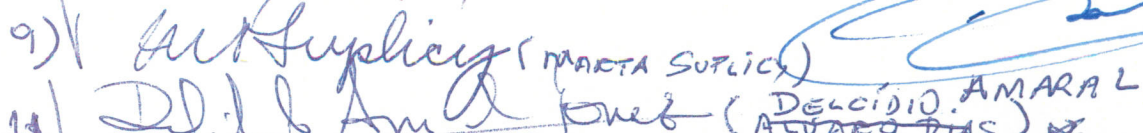
6)  (FERNANDO AZEITEIRO)

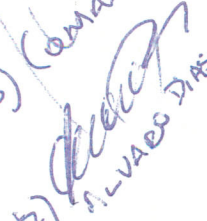
7)  (LIDICE DE MATTA)


8)  (PAULO BONAVIDES)

9)  (MARTA SUPLICY)

10)  (OMAR AZIZ)

11)  (DELCÍDIO AMARAL)

12)  (ALVARO DIAS)

13)  (PAULO ROCHA)



SENADO FEDERAL

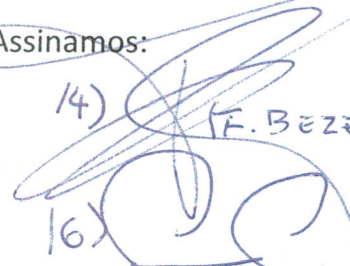


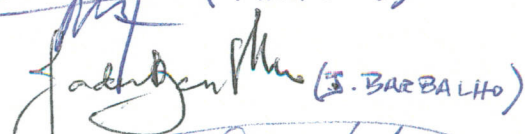
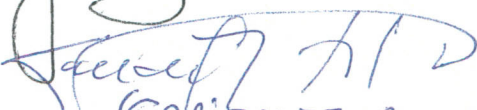
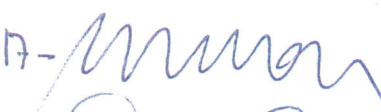
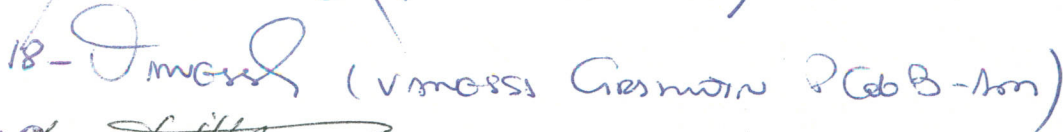

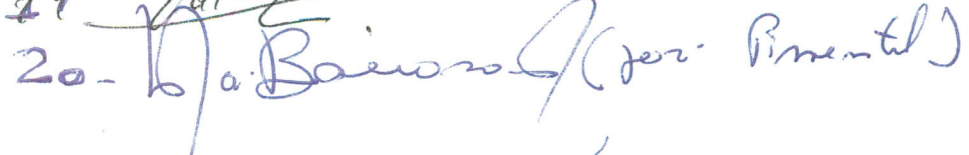
### SENADORES APOIAM SOCIEDADE CIVIL CONTRA A PEC 215

Nós, Senadores da República, consideramos que a convivência harmônica com a diversidade sociocultural brasileira e o respeito às minorias étnicas e aos direitos humanos, constituem-se em pilares da democracia moderna, e por essa razão, apoiamos o conjunto expressivo de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais de todo o Brasil, que unificaram o discurso e o posicionamento contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, em defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e do meio ambiente.

Entre outros pontos problemáticos, a PEC transfere para o Congresso a atribuição de oficializar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas (TQs). Se aprovada, na prática vai significar a paralisação definitiva dos processos de regularização dessas áreas protegidas fundamentais ao equilíbrio climático e à manutenção dos mananciais de água, entre outros serviços ambientais.

A PEC 215 não foi precedida de consulta. A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político nesse ato. É incabível trazer essa matéria para o âmbito do Congresso, um equívoco político e jurídico, um atentado aos direitos dos povos indígenas.

Assinamos:

- 14)  (F. BEZERRA)
- 15)  (PINHEIRO)
- 16)  (CASSIO CUNHA LIMA)
- 16)  (S. BARBALHO)
-  (SARIZALDE ALVES) 21
- 17-  (EUNÍCIO OLIVEIRA)
- 18-  (VANESSA CRISTINA P. CAB. B. AM.)
- 19- 
- 20-  (por Pimentel)



SENADO FEDERAL

### SENADORES APOIAM SOCIEDADE CIVIL CONTRA A PEC 215

Nós, Senadores da República, consideramos que a convivência harmônica com a diversidade sociocultural brasileira e o respeito às minorias étnicas e aos direitos humanos, constituem-se em pilares da democracia moderna, e por essa razão, apoiamos o conjunto expressivo de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais de todo o Brasil, que unificaram o discurso e o posicionamento contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, em defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e do meio ambiente.

Entre outros pontos problemáticos, a PEC transfere para o Congresso a atribuição de oficializar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas (TQs). Se aprovada, na prática vai significar a paralisação definitiva dos processos de regularização dessas áreas protegidas fundamentais ao equilíbrio climático e à manutenção dos mananciais de água, entre outros serviços ambientais.

A PEC 215 não foi precedida de consulta. A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político nesse ato. É incabível trazer essa matéria para o âmbito do Congresso, um equívoco político e jurídico, um atentado aos direitos dos povos indígenas.

Assinamos:

- 22. Regina Scassa - MDB
- 23. Romário de Souza Faria - PFL
- 24. Gleisi Hoffmann - PT
- 25. Lasier Martins - PSL
- 26. Telmário Mota - PPS
- 27. Cristóvão Buarque - PPS
- 28. Maria do Carmo Monteiro - PPS
- 29. Angela Portela - PPS
- 30. Jovair Jovair - PPS
- 31. Fernando Collor - PPS
- 32. Jozefino Rogério - PPS
- 33. Humberto Costa - PPS
- 34. Reguffe - PPS
- 35. Sandra Braga - PPS
- 36. Heloísa Helena - PPS
- 37. Rose de Freitas - PPS



SENADO FEDERAL

## SENADORES APOIAM SOCIEDADE CIVIL CONTRA A PEC 215

Nós, Senadores da República, consideramos que a convivência harmônica com a diversidade sociocultural brasileira e o respeito às minorias étnicas e aos direitos humanos, constituem-se em pilares da democracia moderna, e por essa razão, apoiamos o conjunto expressivo de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais de todo o Brasil, que unificaram o discurso e o posicionamento contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, em defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e do meio ambiente.

Entre outros pontos problemáticos, a PEC transfere para o Congresso a atribuição de oficializar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas (TQs). Se aprovada, na prática vai significar a paralisação definitiva dos processos de regularização dessas áreas protegidas fundamentais ao equilíbrio climático e à manutenção dos mananciais de água, entre outros serviços ambientais.

A PEC 215 não foi precedida de consulta. A confirmação de direitos de minorias não pode ficar suscetível a maiorias temporárias. A demarcação é um ato técnico e declaratório. Não há sentido em introduzir o componente político nesse ato. É incabível trazer essa matéria para o âmbito do Congresso, um equívoco político e jurídico, um atentado aos direitos dos povos indígenas.

Assinamos:

41 -

42 -

43 -

44 -

45 -

46 -

FELIA RIBEIRO @  
SERRA  
~~ATAÍDES~~ ANASTÁZIA  
TABBO  
ALOYSIO  
DAILRÍO

16